



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov. Das Armas Prov.de MT / 1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

**AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA SELEÇÃO AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO
Nº 5 - SSMR/9, DE 12 DE SETEMBRO DE 2016**

**PROCESSO SELETIVO VISANDO O ESTÁGIO DE SERVIÇO TÉCNICO
PARA PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR EM 2017
(EST 2017)**

O Comandante da 9ª Região Militar (**Cmt 9ª RM**), responsável pela execução do Serviço Militar na área abrangida pelos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Município de Aragarças (GO), no uso das atribuições que lhe compete, torna pública a abertura de inscrições, para a realização de processo seletivo para a prestação do Serviço Militar Temporário e voluntário, de forma transitória e por tempo determinado.

As inscrições serão realizadas no período de 15 a 27 de setembro de 2016. O presente Aviso estabelece as condições específicas visando, convocação e incorporação, no período de 15 de setembro de 2016 a 1º de fevereiro de 2017, de profissionais de nível superior, do sexo masculino ou feminino. O Serviço terá início sob a forma de Estágio de Serviço Técnico (**EST**).

As atividades-fim dos que forem convocados serão técnicas, especializadas e relacionadas às respectivas áreas de formação, nas Organizações Militares (**OM**) do Exército Brasileiro (**EB**). As atividades-meio serão aquelas relacionadas as demais atividades do EB. Os convocados serão incorporados na situação de Aspirante-a-Oficial Técnico Temporário, nos termos da legislação a seguir, bem como das disposições contidas neste Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário (**ACSSvMT**) e seus anexos:

- a. Lei nº 2.552, de 3 AGO 1955 (Fixa a Composição da Reserva do Exército);
- b. Lei nº 4.375, de 17 AGO 1964 (Lei do Serviço Militar), e seu regulamento;
- c. Lei nº 6.880, de 9 DEZ 1980 (Estatuto dos Militares);
- d. Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983 - Fixa os efetivos do Exército em tempo de paz e dá outras providências
- e. Decreto nº 4.307, de 18 JUL 02 (que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas);
- f. Decreto Nr 4.502, de 9 de dezembro de 2002 – Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército (R-68);
- g. Portaria nº 052-Cmt Ex, de 6 FEV 01 (Normas para o controle do Exercício de funções que exigem qualificação profissional regulamentada em lei);
- h. PortNr 462-Cmt Ex, de 21 AGO 03 – Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe (IG 10-68).
- i. Portaria nº 46-DGP, de 27 MAR 12 (Normas Técnicas para a Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.011), 1ª Edição, 2012), alterada pela Portaria nº 11-DGP, de 22 de janeiro de 2014;
- j. Portaria nº 171-DGP, de 8 JUL 09 (Aprova as Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército Destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário-**SvTT**);
- k. Portaria nº 101-EME, de 1º AGO 07 (Normas para Referenciação dos Cargos Militares do Exército Brasileiro);
- l. Portaria Normativa Nº 2/GAP/MD, de 11 de janeiro de 2016 (PGC 2017); e
- m. Plano Regional de Convocação 2017 (PRC 2017).

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. Durante o processo seletivo, não há, por parte do EB, compromisso quanto à incorporação destes profissionais voluntários, civis ou militares, para o supracitado estágio. A aprovação no processo seletivo, por si só, não gera direito ao ingresso; assegura, apenas, a expectativa de direito à designação e incorporação até a data de validade deste **ACSSvMT**, ficando a concretização desses atos condicionada à existência de vaga e/ou à discricionariedade do Comandante da 9ª Região Militar.

1.2. O candidato deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação, a fim de verificar se atende à totalidade das condições e requisitos para uma eventual investidura da função, sendo de sua exclusiva responsabilidade a observância dos prazos e o correto preenchimento da documentação solicitada, sob pena de ser inabilitado no processo seletivo. É importante ressaltar que somente será admitida a inscrição do candidato após a leitura integral deste Aviso de Convocação e desde que o interessado manifeste, no respectivo sistema de inscrição, que leu, compreendeu e concorda com todos os termos dispostos. Assim, ao realizar sua inscrição, o candidato se submete de forma incondicional às condições deste processo seletivo.

1.3. Para efeito de conceito e entendimento das condições elencadas neste **ACSSvMT**, devem ser observadas as seguintes definições:

- a. Candidato: o cidadão ou cidadã voluntários que realizaram a inscrição (1ª Etapa do Processo);
- b. Voluntário Civil: o cidadão ou cidadã que não pertença ao serviço ativo das Forças Armadas, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar. Inclui-se, neste caso, o integrante da reserva de 2ª classe (R/2) ou reserva não-remunerada, seja este Aspirante-a-Oficial, Guarda-Marinha, oficial, praça ou reservista; e
- c. Voluntário Militar: o militar incluído no serviço ativo das Forças Armadas (inclusive o Atirador de Tiro-de-Guerra, equiparado à praça, **excetuando-se os Recrutados que prestam o Serviço Militar obrigatório**), Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar.

1.4. O processo seletivo para o Estágio de Serviço Técnico (**EST**) é realizado pelos profissionais voluntários e se destina a preencher os claros disponíveis em Organizações Militares (OM), em cargos relacionados com as áreas de interesse da 9ª Região Militar. Destina-se, ainda, ao aproveitamento no serviço ativo do Exército Brasileiro (**EB**), em situação temporária, de forma transitória e por tempo determinado, destes profissionais visando a aplicação dos conhecimentos técnicos e a realização de atividades militares, tais como serviço de escala, exercícios no terreno e outras afetas ao desempenho do cargo de **Oficial do Exército**;

1.5. A seleção, convocação e incorporação para o EST serão autorizadas pelo Cmt 9ª RM. O EST será realizado em uma Organização Militar, sob a forma de Estágio de Serviço Técnico (**EST**) e terá a duração de doze meses, onde serão proporcionadas as condições para a aplicação de seus conhecimentos técnico-profissionais nas OM. Também os estagiários adaptar-se-ão à vida militar e comprovarão seus méritos para a obtenção de possíveis prorrogações de tempo de serviço, sendo o estágio realizado em 02 (duas) fases:

- a. a primeira fase, destinada à Instrução Individual Básica (**IIB**), terá duração de quarenta e cinco dias, sendo realizada, inicialmente, em uma OM de corpo de tropa designada pela 9ª Região Militar; e
- b. a segunda fase, destinada à aplicação de conhecimentos técnico-profissionais, sendo realizada nas OM definitivas para as quais os estagiários tenham sido designados.

Observação: os estagiários, depois de selecionados, serão incorporados nas OM, na condição de Oficial Técnico Temporário (OTT), como Aspirante-a-Oficial.

1.6. O desempenho da função de Oficial Técnico Temporário (OTT) não poderá ser cumulativo com qualquer cargo, emprego ou função pública, na administração pública Federal, Estadual e Municipal,

ainda que da administração pública indireta, exceto os Oficiais da área de saúde que, se compatibilizada a carga horária, poderão desempenhar função em outro estabelecimento público.

1.7. O Processo Seletivo para a Prestação de Serviço Militar Temporário, como Oficial Técnico Temporário (OTT) **não é um concurso público direcionado à contratação de profissionais de “carreira” com direito a estabilidade**, mas sim um processo seletivo com o objetivo precípua de formar Cadastro de Reserva. Não haverá, por parte do Exército Brasileiro, qualquer compromisso quanto à incorporação dos candidatos, mesmo que estes venham a realizar todas as etapas previstas neste processo seletivo.

1.8. O Oficial Técnico Temporário (OTT) tem permanência transitória no serviço ativo da Força Terrestre e por tempo determinado, não podendo adquirir estabilidade e está sujeito, no que for aplicável, a todas as leis e regulamentos militares.

1.9. Não fica assegurado ao OTT o retorno ao emprego anterior quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Técnico Temporário.

1.10. **Qualquer irregularidade nos documentos apresentados poderá excluir o candidato do processo seletivo.** Se identificada a posteriori da incorporação, acarretará em sua anulação. Assim sendo, uma vez identificada a irregularidade, os efeitos da inabilitação retroagirão à inscrição do candidato e este não fará jus a nenhum tipo de amparo do Estado. Os responsáveis pela irregularidade estarão sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis a cada caso.

1.11. O processo seletivo para os candidatos será constituído das seguintes etapas:

- a. Inscrição eletrônica (IE) pela internet: **www.9rm.eb.mil.br**.
- b. Entrevista e Avaliação Curricular (EAC), presencial e apenas para os candidatos inscritos e pré-selecionados, conforme o divulgado no sítio: **www.9rm.eb.mil.br**.
- c. Exame de Aptidão Física (EAF), presencial, para os candidatos aptos na IS e classificados dentro da disponibilidade de vagas autorizadas a preencher.
- d. Inspeção de Saúde (IS), presencial, para os candidatos habilitados a prosseguirem na seleção e classificados de acordo com as vagas disponíveis na ocasião da incorporação.
- e. Seleção complementar (SC) e Incorporação, presenciais, com os seguintes eventos:
 - atividades administrativas para incorporação; e
 - revisão médica.

1.12. A chamada para a incorporação nas vagas a serem ocupadas será divulgada em data oportuna, de acordo com as necessidades das OM sediadas na área jurisdicionada à 9ª Região Militar, e de acordo com os planos de movimentações de pessoal da Força Terrestre.

2. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO ESPECIAL (CSE)

2.1. A execução do processo seletivo é atribuída a uma CSE, nomeada em Boletim Interno pelo Comandante da 9ª Região Militar e sob a coordenação da Seção de Serviço Militar Regional (SSMR/9). Cada membro da CSE, exceto o Presidente da CSE, doravante será denominado, também, de Avaliador, para a EAC.

2.2. Este **ACSSvMT** será complementado por uma Ordem de Serviço, elaborada pela SSMR/9, com o objetivo de atribuir à CSE encargos e responsabilidades relacionadas com as etapas do processo seletivo.

3. DO CALENDÁRIO GERAL E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE SELEÇÃO ESPECIAL

3.1. As datas previstas para realização das etapas do processo seletivo para o SvTT (item 1.11 deste ACSSvMT) seguirão o calendário abaixo:

nº	Data/Período	Evento/Etapa
1	15 SET a 27 SET 16	Inscrição (pela <i>internet</i>): www.9rm.eb.mil.br
2	A partir de 28 SET 16	- Validação da Inscrição - Divulgação da Pontuação inicial, da Pré-seleção para a EAC e do prazo para entrada de recursos da IE, no site www.9rm.eb.mil.br
3	3 a 14 OUT 16 (08:00h às 11:30h – 13:00h às 17:00h)	Período para a Entrevista e Avaliação Curricular-EAC (presencial).
4	17 a 21 OUT 16	Período de Auditagem das Avaliações Curriculares.
5	A partir de 24 OUT 16	- Divulgação do Resultado Preliminar da EAC (site www.9rm.eb.mil.br), bem como a divulgação do início e do término do período de entrada de recursos.
6	26 OUT 16 (até 17:00h)	Limite de entrada de recursos para reavaliação curricular dos candidatos.
7	A partir de 26 OUT 16	Divulgação dos aprovados na EAC e dos pré-selecionados para o Exame de Aptidão Física: www.9rm.eb.mil.br
8	8 a 10 NOV 16	EAF, presencial e devendo o candidato apresentar Atestado Médico de perfeitas condições para atividade física.
9	11 NOV 16 (17:00h)	Limite de entrada de recurso para o EAF.
10	A partir de 14 NOV 16	Divulgação dos aprovados no EAF, do prazo para entrada de recursos do EAF e dos pré-selecionados para a IS, no site www.9rm.eb.mil.br .
11	28 NOV a 2 DEZ 16 (07:30h)	Inspeção de saúde (presencial).
12	A partir de 7 DEZ 16	Divulgação dos aprovados na IS e dos aptos para a incorporação (pela <i>internet</i>): www.9rm.eb.mil.br
13	9 DEZ 16 (até 17:00h)	Limite de entrada de requerimento para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.
14	14 DEZ 16 09:00h às 11:30h	-Reunião para a escolha da OM a incorporar e assinatura da designação (presencial e de participação obrigatória para os aprovados na IS)
15	1º FEV 17	Incorporação.

3.2. O local de funcionamento da Comissão de Seleção Especial para os candidatos que forem pré-selecionados para a EAC, caso haja disponibilidade de vaga, é o seguinte:

MATO GROSSO DO SUL

- **CAMPO GRANDE:** Comissão de Seleção das Forças Armadas 001 (CSFA 001), Rua General Nepomuceno nº 168, Bairro Vila Alba, Campo Grande-MS, CEP: 79.100-900.

3.3. Todos os custos para a participação em todas as etapas do processo seletivo serão de responsabilidade do próprio candidato, inclusive os deslocamentos.

3.4. O candidato deverá, no momento da inscrição, escolher a localidade descrita no item 3.2, onde realizará todas as etapas do processo seletivo.

4. DA ÁREA PROFISSIONAL DE INTERESSE

4.1. A habilitação e/ou profissão e o local da entrevista e avaliação curricular são os seguintes:

Área do Conhecimento	Curso Superior	Locais com previsão de abertura de vagas para inscrição	Local de realização das etapas da seleção	
			Cidade	Endereço
Ciências Humanas	Direito	Campo Grande-MS Corumbá-MS Cuiabá-MT	CAMPO GRANDE-MS	Comissão de Seleção das Forças Armadas (CSFA 001) Rua Gen Nepomuceno Costa, nº 168, Bairro Amambaí (próximo ao início da Av Afonso pena)
Ciências Humanas	Arquivologia	Campo Grande-MS		
Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Econômicas	Campo Grande-MS		
Ciências Sociais Aplicadas	Administração	Campo Grande-MS		
Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Contábeis	Campo Grande-MS Coxim-MS Cáceres-MT		
Engenharias e Tecnologias	Engenharia Civil	Cuiabá-MT Campo Grande-MS		
Engenharias e Tecnologias	Engenharia Elétrica	Campo Grande-MS		
Ciências Humanas	Arquitetura e Urbanismo	Campo Grande-MS		
Ciências Exatas e da Terra	Informática	Campo Grande-MS Corumbá-MS Cuiabá-MT		

Área do Conhecimento	Curso Superior	Locais com previsão de abertura de vagas para incorporação	Local de realização das etapas da seleção	
			Cidade	Endereço
Ciências Exatas e da Terra	Informática – Engenharia da Computação	Campo Grande-MS	CAMPO GRANDE-MS	Comissão de Seleção das Forças Armadas (CSFA 001) Rua Gen Nepomuceno Costa, nº 168, Bairro Amambaí (próximo ao início da Av Afonso pena)
Ciências da Saúde	Enfermagem	Campo Grande-MS		
Ciências da Saúde	Enfermagem (a)	Cuiabá-MT Cáceres-MT		
Ciências Biológicas	Fisioterapia (b)	Cuiabá-MT		
Ciências Biológicas	Fisioterapia (c)	Dourados - MS		
Ciências Humanas	Comunicação Social(d)	Campo Grande-MS		
Magistério	História	Campo Grande-MS		
Magistério	Educação Artística	Campo Grande-MS		
Magistério	Letras – Inglês	Campo Grande-MS		
Magistério	Letras – Português	Campo Grande-MS		
Magistério	Geografia	Campo Grande-MS		
Magistério	Filosofia	Campo Grande-MS		

Legenda:

(a) Os candidatos deverão possuir o Curso de Especialização de Auditoria em Sistema de Saúde.

(b) Os candidatos deverão possuir o Curso de Especialização de RPG e Pilates.

(c) Os candidatos deverão possuir o Curso de Especialização em ortopedia

(d) Os candidatos deverão possuir Curso Superior de nível Graduação em uma das seguintes áreas: Jornalismo, Publicidade, Propaganda ou Relações Públicas.

4.2. Para as qualificações profissionais regulamentadas por lei é obrigatório o registro do candidato no respectivo conselho regional ou ordem de profissionais, **exceto os candidatos da área de Direito.**

4.3.As áreas de conhecimento de interesse do EB, que são divulgadas neste ACSSvMT poderão ser alteradas, a qualquer momento, podendo o que foi informado ser suprimido, acrescido ou extinguido dentro de cada área, de acordo com as necessidades das OM, até a data da incorporação do candidato,

motivada pela alteração na disponibilidade de vagas e pela deliberação do Comandante da 9ª Região Militar.

4.4. As alterações a que se refere o item anterior poderão ser decorrentes de redução de cargos, supressão de vagas, recompletamento de vagas por militares de carreira ou desautorização, por parte de Escalão Superior, caso em que será oportunamente divulgado, por intermédio do sítio: www.9rm.eb.mil.br

4.5. O Comando da 9ª RM não assegura a convocação dos candidatos aprovados em razão do disposto nos dois itens anteriores.

5. DOS REQUISITOS EXIGIDOS VISANDO O EST

5.1. Para a incorporação o candidato deverá atender aos seguintes requisitos:

a. ser voluntário e não possuir 39 anos de idade em 31 de dezembro do ano da convocação, conforme Art 134. Da Portaria N° 046-DGP, de 27 de março de 2012;

b. ser brasileiro nato;

c. ter, no mínimo, 1,60m (um metro e sessenta centímetros) de altura para os do sexo masculino; e 1,55m (um metro e cinquenta e cinco centímetros) de altura para as do sexo feminino;

d. realizar a sua inscrição, via internet, na página da 9ª Região Militar: www.9rm.eb.mil.br;

e. estar em dia com suas obrigações perante o Serviço Militar e a Justiça Eleitoral;

f. possuir bons antecedentes e idoneidade moral, comprovado por meio de certidão negativa exarada pelos Poderes Judiciários, Federal, Estadual e Militar, como também pelos órgãos de segurança pública, Federal e Estadual;

g. não ter exercido nem estar exercendo atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, conforme prescreve o Art. 11. Da Lei N° 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares, combinado com a Lei N° 7.170, de 14 de dezembro de 1983;

h. possuir diploma ou certificado de conclusão de curso de ensino superior devidamente reconhecido e registrado na Secretaria de Educação da Unidade da Federação (SE/UF), na forma da legislação federal e, além deste, outro que comprove pertencer às categorias profissionais de nível superior ou equivalente, que o habilite a exercer o cargo de interesse da Força Terrestre para o qual se candidatou;

i. estar registrado no órgão fiscalizador da profissão a que concorre, quando existir, devendo essa situação ser comprovada na etapa da EAC, **exceto os candidatos da área de Direito**;

j. possuir experiência profissional comprovada igual ou superior a 01 (um) ano após a formação acadêmica, referida ao **último dia** da etapa de inscrição, tendo exercido a atividade no cargo em que o voluntário se candidata;

k. no caso de militar da ativa, não estar cumprindo o Serviço Militar Inicial, não ser oficial ou sargento de carreira ou praça estabilizada;

l. no caso de praça, estar classificado, no mínimo, no comportamento “BOM”, realizando o Serviço Militar voluntário e temporário; não ter atingido a estabilidade; e devendo apresentar, ainda,

PARECER FAVORÁVEL à inscrição assinado pelo Comandante, Chefe ou Diretor de OM, conforme modelo do **Anexo “H”**;

m. no caso de militar temporário da reserva, ter sido licenciado com conceito favorável (acima de 5,0 em todos os quesitos avaliados);

n. não pertencer à reserva remunerada de qualquer Força Armada e/ou Força Auxiliar;

o. se reservista, ter sido licenciado e excluído da última OM em que serviu estando classificado, no mínimo, no comportamento “BOM” e não ter sido licenciado por motivo disciplinar ou por conveniência do serviço;

p. no caso de reservista, apresentar Folhas de Alterações ou Certidão de Assentamentos Militares, relativas ao período de Serviço Militar, onde deverá constar, obrigatoriamente, a classificação do seu comportamento por ocasião do seu licenciamento e exclusão; e a declaração da última OM em que serviu, informando que, ao ser excluído, estava classificado, no mínimo, no comportamento “BOM”;

q. não ter sido considerado isento do Serviço Militar, seja por licenciamento ou exclusão a bem da disciplina, seja por incapacidade física ou mental definitiva (Incapaz C), condição esta a ser comprovada pelo certificado militar que recebeu; para atender a este requisito, deverá possuir o Certificado de Reservista (CR), Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) ou Certificado de Alistamento Militar (CAM), dentro dos limites de sua validade;

r. no caso de reservista de 1ª ou 2ª categoria, não ter obtido a menção I (insuficiente) em nenhuma das competências da sua ficha de avaliação, referente ao último período de serviço ativo;

s. não ter sido julgado, em Inspeção de Saúde, Incapaz Definitivamente para o Serviço no Exército, na Marinha, na Aeronáutica, na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros Militar;

t. no caso de ex-aluno de estabelecimento de ensino de formação de oficiais ou praças das Forças Armadas ou das Forças Auxiliares, apresentar a declaração do estabelecimento de que não foi excluído por motivos disciplinares ou por conveniência do serviço e que estava classificado, no mínimo, no comportamento “BOM”, por ocasião do seu desligamento;

u. não estar investido em cargo público federal, estadual, distrital ou municipal (efetivo ou comissionado), nem mesmo na condição de licenciado por interesse próprio; caso exista vínculo com órgão público e o candidato seja convocado, deverá apresentar comprovação da desvinculação do cargo público antes da data de sua incorporação, por meio de documento oficial (declaração prevista neste Aviso de Convocação), exceto os candidatos profissionais de saúde que, se compatibilizada a carga horária, poderão desempenhar função em outro estabelecimento público;

v. não possuir, até a data da sua incorporação, mais de **07 (sete) anos** de tempo total de serviço prestado a órgão público, sendo esse tempo contínuo ou interrompido, computados, para esse fim, todos os tempos de serviço em órgãos públicos da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos antigos Territórios e dos Municípios e o tempo de serviço militar (inicial, estágios, dilação, prorrogações e outros).

w. possuir aptidão física que o recomende ao ingresso no quadro de oficiais temporários do Exército Brasileiro;

x. se do sexo feminino, não se apresentar grávida para a realização do exame de aptidão física (EAF) e para a realização da 1ª fase do EST, devido à incompatibilidade do estado de gravidez com os exercícios físicos e testes de aptidão física (TAF) exigidos nessa etapa do estágio. A inobservância do presente item acarretará, conforme o caso, eliminação do processo seletivo ou anulação da incorporação,

de acordo com os incisos I e II § 4º do Art.115 da Portaria nº 046-DGP, de 27 de março de 2012 (EB30-N-30.009). Tal medida visa, tão somente, a preservação da integridade da gestante e/ou da pessoa em gestação (feto);

y. gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das funções atinentes ao cargo a que estará submetido, assim como as atividades inerentes ao serviço militar, conforme Decreto Nº 60.822, de 7 de junho de 1967;

z. ter sido julgado “apto” em todas as etapas do presente processo seletivo (avaliação curricular, inspeção de saúde e no exame de aptidão física) e atender aos interesses da Força Terrestre.

5.2. Além dos requisitos, acima elencados, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a. os candidatos incidentes nas restrições citadas acima serão inabilitados ao Processo Seletivo;

b. em razão da natureza militar das atividades a serem desempenhadas pelos voluntários e consequente necessidade de esforço físico compatível, não serão reservadas vagas para portadores de deficiência física, conforme Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004;

c. não será permitida a realização de mais de uma inscrição utilizando o mesmo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) emitido pela Receita Federal.

6. DA INSCRIÇÃO (IE)

6.1. Para o (EST), poderão se inscrever militares temporários da ativa (oficiais e praças), reservistas de 1ª e 2ª categorias, cidadãos civis dispensados de prestar o Serviço Militar Inicial (possuidores de Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI) e mulheres, todos voluntários, possuidores dos **cursos de ensino superior** nas áreas a serem selecionadas por intermédio deste ACSSvMT.

6.2. Para validação de sua inscrição, o voluntário deverá apresentar a documentação original e respectiva cópia, pessoalmente, no período estabelecido para a apresentação dos documentos.

6.3. Ao acessar o endereço eletrônico da 9ª Região Militar –www.9rm.eb.mil.br– o candidato deverá inteirar-se deste ACSSvMT, certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área pretendida e providenciar a documentação exigida para a EAC, sendo de sua exclusiva responsabilidade a **observância dos prazos** e o correto preenchimento, sob pena de ficar inabilitado no processo seletivo. **Obs:** os exames laboratoriais, com vistas à Inspeção de Saúde (IS), somente deverão ser providenciados após o candidato ter sido aprovado no Exame de Aptidão Física e convocado para a IS.

6.4. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste ACSSvMT e em seus anexos e nas instruções ou avisos específicos contidos nos comunicados que porventura venham ser publicados no endereço eletrônico acima citado, em relação aos quais não poderá alegar desconhecimento de qualquer natureza.

6.5. Na inscrição deverão ser cadastrados os dados pessoais e os dados profissionais.

6.6. Ao acessar o sítio da 9ª Região Militar na internet, no endereço eletrônico www.9rm.eb.mil.br, o candidato deverá:

a. ler o Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário, disponibilizado eletronicamente;

b. preencher a inscrição eletrônica, onde deverão ser informados tanto os dados pessoais como os dados profissionais, desde que manifeste, no respectivo sistema de inscrição, que leu, compreendeu e concorda com todos os termos propostos; e

c. imprimir a ficha de inscrição “preenchida” e apresentá-la, por ocasião (EAC).

6.7. Não serão aceitas inscrições fora do prazo especificado neste ACSSvMT.

6.8. Não será aceita inscrição condicional, nem por outro meio que não o estabelecido neste Aviso de Convocação.

6.9. O candidato militar deverá informar oficialmente ao seu Comandante, Chefe ou Diretor sobre sua inscrição para o processo seletivo, para que sejam adotadas as providências decorrentes por parte da instituição a que pertence, de acordo com a legislação em vigor.

6.10. O candidato inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição eletrônica, arcando com todas as consequências.

6.11. O Exército Brasileiro não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos equipamentos de informática, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados.

6.12. O candidato que tiver dúvidas ou problemas, no ato da inscrição no processo seletivo, deverá comparecer à Seção de Serviço Militar do Comando da 9ª Região Militar (Rua General Nepomuceno Costa, nº 168, Bairro Vila Alba, Campo Grande-MS) ou entrar em contato com a mesma, por meio do comparecimento em qualquer OM do EB situada no Brasil, bem como nos Consulados e Embaixadas localizados no exterior, em horário comercial brasileiro, para sanar quaisquer dúvidas em relação ao preenchimento das informações.

6.13. Após o período de inscrição, previsto no calendário geral, não será permitida qualquer inserção de dados no cadastro do candidato. Durante a fase de EAC, só serão analisados os dados inseridos no cadastro do candidato e realizado pela internet. Para tanto, o candidato não poderá possuir uma pontuação inferior 5,2 **pontos** para ficar em condições de participar da 2ª etapa (EAC) deste processo seletivo.

6.14. O resultado desta etapa, contendo os candidatos pré-selecionados (habilitados a prosseguir no processo seletivo) para a Entrevista e Avaliação Curricular, será divulgado na data prevista no calendário geral deste ACSSvMT, por meio do site www.9rm.eb.mil.br.

6.15. A chamada para a EAC será inserida no resultado da 1ª Etapa (IE), de forma equitativa e proporcional ao número de inscritos.

7. DA ENTREVISTA E AVALIAÇÃO CURRICULAR (EAC)

7.1. Somente os candidatos pré-selecionados participarão desta etapa. Estes deverão comparecer às 08:00h ou às 13:00h (horário local), junto à Comissão de Seleção Especial, no endereço previsto no Item 4.1, deste Aviso de Convocação, no período estabelecido no calendário geral deste ACSSvMT, na data estabelecida para cada candidato. Esta data será oportunamente divulgada via internet, por meio da relação dos candidatos pré-selecionados para a EAC. Esta apresentação visa a realização da EAC, onde serão validadas as informações prestadas por ocasião da inscrição via internet. Para isso, os candidatos

deverão estar de posse de 01 (uma) cópia impressa da Ficha de Análise Documental (**Anexo “A”**) e da documentação constante do item **7.7.** deste ACSSvMT.

7.2. A Entrevista será realizada simultaneamente com a Avaliação Curricular. Não será admitida 2ª chamada para a Entrevista.

7.3. A Entrevista não será pontuada. A CSE, baseada nos aspectos cultural, psicológico e moral, previstos no Art. 13 da Lei do Serviço Militar, emitirá conceito “Apto” ou “Inapto” sobre a aptidão dos candidatos ao Estágio de Serviço Técnico (EST).

7.4. Ao final da Entrevista o conceito será apresentado ao candidato, que deverá assinar a ficha do **Anexo “G”**.

7.5. Não caberá qualquer tipo de recurso para a Entrevista.

7.6.No caso da Avaliação Curricular a documentação (cópia) a ser apresentada deve estar com as páginas numeradas e rubricadas de próprio punho, sendo todo o conjunto de documentos **encadernado em espiral**. Atenção deve ser dada às **DECLARAÇÕES**, que serão exigidas com firma reconhecida em cartório e com o texto redigido, conforme os modelos nos anexos ao presente ACSSvMT.

7.7. O candidato deverá apresentar, no ato da avaliação curricular, a seguinte documentação:

ORIGINAL SEM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO	OBSERVAÇÕES
Ficha de inscrição no processo seletivo	Realizada pela internet, impressa.
Certidão Negativa da Justiça Eleitoral	Comprovando que está em dia com suas obrigações eleitorais (www.tse.gov.br)
Certidão Negativa da Justiça Federal	www.trf1.jus.br
Certidão Negativa da Justiça Militar	www.stm.jus.br
Certidão Negativa da Justiça Estadual	Cível, militar e Criminal de onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos.
Certidão Negativa dos Órgãos de Segurança Pública, Federal e Estadual	- Certidão de antecedentes criminais -Diretamente na sede desses órgãos
Parecer favorável à participação em processo seletivo ao Serviço Militar Temporário	Apenas para militares da ativa, conforme Anexo “H” deste ACSSvMT.
Declaração da última Organização Militar	- Para candidatos militares da reserva não remunerada. - Com a informação de que, ao ser licenciado, estava classificado, no mínimo, no comportamento “BOM”. - A CSE, caso julgue necessário, poderá solicitar para a OM que licenciou o candidato, a ficha de avaliação referente ao último período de serviço ativo.
Cadastro Nacional de Informação Social (CNIS)	Pleno/completo, devendo ser obtido junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), disponível, também, pela A G Prev, ou no auto-atendimento das Agências Bancárias do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, desde que o titular do PIS/PASEP/NIT seja correntista dos referidos bancos.
1 (uma) Foto 3x4 (atual)	-

Declaração de Desistência	<ul style="list-style-type: none">- (Anexo “J” deste ACSSvMT).- Poderá ser apresentado, pelo candidato, em qualquer etapa do processo seletivo.- Deverá ser preenchido e assinado pelo candidato que discordar da sua designação.
---------------------------	---

ORIGINAL COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO	OBSERVAÇÕES
Ficha de Análise Documental para o Serviço Técnico Temporário	(Anexo “A” deste ACSSvMT)
Declaração de ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez	Para as mulheres (Anexo “B” deste ACSSvMT)
Declaração de Prestação de Serviço Militar Temporário, em Caráter Voluntário, e de Comprovação de Idoneidade Moral.	Anexo “C” deste Aviso de Convocação.
Declaração de Tempo de Serviço Público Anterior	<ul style="list-style-type: none">- (Anexo “D” deste ACSSvMT)- Preenchida mesmo que o candidato não possua qualquer tempo de serviço público (Anexo “D”).- Os reservistas das Forças Armadas ou Forças Auxiliares deverão declarar o tempo de Serviço Público prestado nessas Instituições.
Declaração de Residência	(Anexo “E” deste ACSSvMT)
Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação	(Anexo “F” deste ACSSvMT)
Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público	<ul style="list-style-type: none">- Exceto aos Profissionais de Saúde- (Anexo “I” deste ACSSvMT)

CÓPIAS ACOMPANHADAS DOS ORIGINAIS OU AUTENTICADAS	OBSERVAÇÕES
Registro no respectivo conselho	ou ordem de profissionais, de qualificação profissional regulamentada por lei (se houver exigência do respectivo Órgão), exceto os candidatos da área de Direito.
Certidão Negativa do candidato	Declaração de “Nada Consta”, expedido pelo Conselho ou órgão fiscalizador da profissão com timbre da Instituição e carimbo do responsável.
Certificado de Alistamento Militar (CAM), ou Certidão de Situação Militar, ou Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI).	<ul style="list-style-type: none">- Quando for o caso.
Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento	acompanhada de Declaração Pública de União Estável, se for o caso.
Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Superior.	Reconhecido e registrado na Secretaria de Educação da Unidade da Federação (SE/UF) na forma da legislação federal que regula a matéria nas habilitações previstas para as vagas disponíveis.

Diplomas e Certificados de conclusão de cursos realizados (se for o caso).	Reconhecido e registrado na Secretaria de Educação da Unidade da Federação (SE/UF) na forma da legislação federal que regula a matéria nas habilitações previstas para as vagas disponíveis.
Estágio Extracurricular	- Poderá ser comprovado mediante apresentação da cópia autenticada do contrato do estágio ou da carteira de trabalho, na área que o candidato postula. - Não será aceita declaração de qualquer tipo como comprovação de estágio extracurricular.
Comprovante do exercício de atividade profissional no cargo da área em que postula.	- Cópia da carteira de trabalho, cópia do contrato de serviço/trabalho, assentamentos militares, constando a função exercida e o período de trabalho). - Não será aceita declaração de qualquer tipo como comprovação de experiência profissional, nem períodos de trabalho sobrepostos, mesmo em instituições/órgãos diferentes.
Folhas de alterações do último semestre da Organização Militar onde serviu ou serve ou Certidão de Assentamentos Militares, se for o caso.	Para candidatos militares da ativa ou da reserva não remunerada.
Publicações técnicas	Livros de autoria do candidato, artigos em revistas especializadas e artigos em periódicos ou revistas não especializadas, na área postulada.
Carteira de Identidade	Para os militares da ativa é obrigatória a carteira de identidade militar.
Cadastro de Pessoa Física (CPF)	-
Título de Eleitor	-

7.8. As atividades exercidas na área de ensino, títulos/graus/diplomas, cursos/estágios, publicações técnicas e exercício de atividade profissional somente são considerados dentro da área que o candidato postula. Não serão consideradas as atividades de ensino, os títulos/graus/diplomas, cursos/estágios, as publicações técnicas e o exercício de atividade profissional que não atenderem a este requisito.

7.9. Todos os documentos deverão estar legíveis, sob pena de não serem aceitos pela Comissão de Seleção Especial.

7.10. Será excluído do processo seletivo o candidato que faltar ou não completar qualquer uma das fases do processo seletivo, caso tenha sido pré-selecionado para a mesma.

7.11. A pontuação da análise curricular seguirá o previsto na ficha constante do **Anexo "G"** deste ACSSvMT para os candidatos ao EST.

7.12. Os pontos obtidos após a avaliação curricular serão convertidos em graus que variam de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), por regra de três, com base na maior pontuação obtida por um candidato da mesma área postulada.

7.13. Após a avaliação curricular, em caso de igualdade de pontuação entre candidatos da mesma área profissional, terá prioridade para convocação para as próximas etapas, designação e incorporação, nesta ordem:

- a. Oficiais da Ativa Temporários;

- b. Oficiais da Reserva de 2ª Classe;
- c. o praça da ativa temporário;
- d. o reservista de 1ª categoria;
- e. o reservista de 2ª categoria;
- f. o cidadão civil não enquadrados nas letras “b”, “d” e “e”, de menor tempo de serviço público; e
- g. o cidadão civil de maior idade.

7.14. O candidato pré-selecionado para participar da entrevista e avaliação curricular que não comprovar qualquer dos itens declarados a seguir perderá a pontuação referente a estes quesitos:

- a. as atividades exercidas na área de ensino;
- b. os diplomas (exceto o que habilita a participar do processo);
- c. os cursos;
- d. os estágios;
- e. as publicações técnicas; e
- f. as experiências profissionais.

Observação: os candidatos pré-selecionados que comparecerem no dia e no horário estabelecidos para a sua Entrevista e Avaliação Curricular, terão até as 17:00h do dia seguinte, para sanar alguma pendência que porventura possa ocorrer com a documentação apresentada.

7.15. Por ocasião da EAC a CSE realizará a validação das informações prestadas pelo candidato, por meio do Sistema de Inscrição para o Serviço Técnico Temporário. O resultado será apresentado ao candidato na mesma oportunidade, ocasião em que este deverá assinar a ciência da sua avaliação.

7.16. Não serão pontuadas as atividades exercidas na área de ensino, os diplomas, os cursos, os estágios, as publicações técnicas e as experiências profissionais que não pertencerem à área pretendida pelo candidato, segundo parecer da Comissão de Seleção Especial.

7.17. Caso o candidato já tenha concluído o curso e ainda não disponha do Diploma ou Certificado, por ocasião da EAC, poderá ser aceita 01 (uma) declaração, original, expedida pelo estabelecimento de ensino, atestando que realmente o candidato concluiu o Curso com aproveitamento e na especialidade para a qual se inscreveu como candidato, acompanhada da cópia autenticada em cartório do histórico escolar do respectivo curso.

7.18. Para que sejam validados e pontuados, todos os cursos deverão estar **CONCLUÍDOS** até o **último dia** do período de inscrição.

7.19. Serão aceitos e validados como comprovantes de exercício profissional, nas áreas postuladas, as cópia(s) autenticada(s) em cartório, após a conclusão do curso que habilita o candidato na área para a qual se inscreveu, desde que exercida até o **último dia** do período de inscrição, conforme as situações que abaixo se seguem:

a. **empregado celetista:** carteira de trabalho assinada, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e extrato do FGTS correspondente ao período cadastrado, até o **último dia** da etapa de inscrição;

b. **trabalhador autônomo:** Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA) – referente a todo o período cadastrado e extrato do recolhimento do INSS, referente a esses recibos. O candidato, também, poderá comprovar essa situação por meio de Contrato de Prestação de Serviço, desde que este seja também acompanhado do extrato de recolhimento do INSS, referente ao período da respectiva prestação

de serviço; tudo referenciado até o **último dia** da etapa de inscrição; no qual deve constar o nome do candidato e da empresa na qual prestou os serviços, devendo ser assinado pelo representante da empresa e pelo responsável técnico do escritório de contabilidade;

c. **sócio proprietário de empresa:** Contrato Social e Declaração assinada pelo Advogado responsável, podendo ser dispensada a assinatura deste, no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, informando a atividade exercida e o período, desde que este seja também acompanhado do extrato de recolhimento do INSS, até o **último dia** da etapa de inscrição; e

d. **empresa individual:** alvará de funcionamento da empresa, devendo constar data da abertura e documento que comprove se está ativa, até o **último dia** da etapa de inscrição e/ou cópia autenticada dos recolhimentos de Imposto Sobre Serviço (ISS), referente ao período cadastrado, até o **último dia** da etapa de inscrição.

Observações:

a. Não será aceita declaração de empresa privada como comprovação de experiência profissional, exceto se for apresentada, juntamente com a declaração, um extrato da Previdência Social, no qual devem constar os recolhimentos referentes ao período;

b. Também não será aceita a declaração de experiência profissional contendo períodos sobrepostos, mesmo que sejam em Órgãos/Instituições/Empresas diferentes; e

c. A comprovação de experiência profissional apenas será validada se exercida no desempenho do cargo ou função a que pretende concorrer.

7.20. Todas as declarações apresentadas deverão conter o CNPJ e a logomarca da instituição, não sendo aceitas declarações de pessoas físicas.

7.21. Os dados informados em todas as declarações, que deverão ser preenchidas pelo candidato, terão fé de ofício, ficando passíveis de serem imputadas responsabilidades civis e criminais em caso de falso testemunho.

7.22. Caso julgue necessário, o Presidente da Comissão de Seleção Especial poderá mandar verificar a autenticidade dos documentos apresentados pelos candidatos.

7.23. Poderão ser pré-selecionados, em cada área para a entrevista e avaliação curricular, até 12 (doze) candidatos para cada vaga disponível.

7.24. Os melhores classificados na EAC serão habilitados a prosseguir no processo seletivo (pré-selecionados), conforme as necessidades e disponibilidades das Organizações Militares no âmbito da 9ª Região Militar.

7.25. As EAC são individuais e particulares, portanto não é autorizada a presença de acompanhantes estranhos ao Processo Seletivo por ocasião da EAC, devendo apenas participar desse evento o candidato e seu avaliador.

7.26. O Comando da 9ª Região Militar reserva-se ao direito de convocar, para as etapas da EAF e IS, apenas o quantitativo de candidatos que atenda ao preenchimento de suas necessidades.

7.27. Após a EAC será fornecida ao candidato uma pontuação preliminar obtida, a qual poderá ser alterada até a publicação do resultado desta etapa, em função da auditoria no sistema.

7.28. O resultado desta etapa, contendo os candidatos pré-selecionados (habilitados a prosseguir no processo seletivo) para o EAF e a IS, será divulgado na data prevista no calendário geral deste ACSSVMT, por meio do site www.9rm.eb.mil.br.

8. DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA (EAF)

8.1. O candidato, caso seja considerado Apto na Inspeção de Saúde, será submetido ao Exame de Aptidão Física, no período definido no calendário geral deste ACSSvMT.

8.2. O EAF será realizado em local a ser designado pela CSE e aplicado por uma Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física (CAEAF). O candidato deverá apresentar Atestado Médico de perfeitas condições para atividade física, para poder realizar o EAF.

8.3. O EAF possui caráter eliminatório.

8.4. As mulheres grávidas não poderão participar do EAF em virtude dos riscos decorrentes do referido exame.

8.5. O estado de gravidez, nesta ocasião, deverá ser obrigatoriamente comunicado pela candidata ao Chefe da CAEAF. Problemas decorrentes da não comunicação serão da responsabilidade exclusiva da candidata.

8.6. O candidato convocado para a realização do EAF deverá apresentar-se na CSE da Guarnição/Localidade onde está realizando o processo seletivo, no primeiro dia marcado no calendário geral, conduzindo traje esportivo e material para banho.

8.7. A aptidão física será expressa pelo conceito “Apto” ou “Inapto”, tendo como parâmetro os índices mínimos para cada prova.

8.8 As tarefas estabelecidas para o EAF serão realizadas em movimentos sequenciais padronizados e de forma ininterrupta, sendo programadas para 02 (dois) dias consecutivos, na ordem a seguir especificada, estabelecendo-se os seguintes índices mínimos para que o candidato seja considerado “Apto”, conforme se seguem:

a. Sexo Masculino

1º dia		2º dia
Flexão de Braços	Abdominal Supra	Corrida Livre (12 min)
10 (dez)	20 (vinte)	1.800 (mil e oitocentos) metros

1) Flexão de Braços:



- **traje:** esportivo;

- **posição inicial:** o candidato deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, braços e pernas estendidos; e

- **execução:** o candidato deverá realizar sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, sem limite de tempo, retornando à posição inicial, sem que o tronco e os joelhos toquem no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

2) Abdominal Supra:



- **traje:** esportivo;

- **posição inicial:** o candidato deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem-se ao ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá colocar-se ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do mesmo a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício; e

- **execução:** o candidato deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada candidato deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, no seu ritmo próprio, sem interrupção do movimento e sem limite de tempo, não podendo retirar os quadris do solo e nem obter impulso com os braços ao afastando-os do tronco.

3) Corrida Livre:

- **traje:** esportivo, sendo permitida a utilização de qualquer tipo de tênis.

- **local:** em pista ou circuito de piso regular e plano; e

- **execução:** partindo da posição inicial de pé, o candidato deverá correr ou andar no tempo de 12 (doze) minutos, podendo haver ou não interrupções ou modificações do ritmo de corrida, sendo proibido acompanhar o executante para ajudá-lo, por quem quer que seja e em qualquer momento da prova, admitindo-se eventuais paradas ou a execução de trechos em marcha.

b. Sexo Feminino

1º dia		2º dia
Flexão de Braços	Abdominal	Corrida (12 min)
6 (seis)	14 (quatorze)	1.600 (mil e seiscentos) metros

1) Flexão de Braços:



- **traje:** esportivo;

- **posição inicial:** a candidata deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, utilizando-se das mãos e dos joelhos, mantendo os cotovelos estendidos e joelhos unidos; e

- **execução:** a candidata deverá flexionar e estender os cotovelos, realizando sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, mantendo o apoio dos joelhos no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

2) Abdominal Supra:



- **traje:** esportivo;

- **posição inicial:** a candidata deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcanhares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem-se ao ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador deverá colocar-se ao lado do avaliado, posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do mesmo a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando o limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício; e

- **execução:** a candidata deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam o contato com a mão do avaliador e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada candidato deverá executar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, no seu ritmo próprio, sem interrupção do movimento e sem limite de tempo, não podendo retirar os quadris do solo e nem obter impulso com os braços ao afastando-os do tronco.

Observação: A figura demonstrativa para o exercício de abdominal do segmento feminino é a mesma referente ao exercício a ser executado pelo segmento masculino.

3) Corrida Livre:

- **traje:** esportivo, sendo permitida a utilização de qualquer tipo de tênis;

- **local:** em pista ou circuito de piso regular e plano; e

- **execução:** partindo da posição inicial de pé, a candidata deverá correr ou andar no tempo de 12 (doze) minutos, podendo haver ou não interrupções ou modificações do ritmo de corrida, sendo proibido

acompanhar a executante para ajudá-la, por quem quer que seja e em qualquer momento da prova, admitindo-se eventuais paradas ou a execução de trechos em marcha.

8.9. Não haverá segunda chamada para o Exame de Aptidão Física.

8.10. Durante a realização do EAF, será permitido ao candidato executar até 02 (duas) tentativas para cada 01 (uma) das tarefas, com intervalo, entre estas, de 01 (uma) hora para descanso (sem qualquer atividade física), excetuando-se a tarefa de corrida livre no tempo de 12 (doze) minutos, que deverá ser realizada com intervalo mínimo de 01 (um) dia, a contar da 1ª tentativa.

8.11. Em caso da necessidade de uma segunda tentativa, fica facultado ao candidato solicitar a substituição do seu aplicador (militar encarregado da aplicação da tarefa).

8.12. O candidato que faltar ao exame, que não vier a completá-lo ou que chegar após o início da primeira tarefa do dia, mesmo que por motivo de força maior, será considerado desistente e eliminado da seleção.

8.13. A não realização de qualquer prova do Exame de Aptidão Física implicará na eliminação do candidato.

8.14. Os resultados das provas do EAF serão registrados em Ata, imediatamente após a aplicação.

8.15. O candidato reprovado no EAF tomará ciência do seu resultado registrado na respectiva ata, assinando no campo para isso destinado nesse documento.

8.16. O resultado final desta etapa, contendo os candidatos selecionados (habilitados a prosseguir no processo seletivo) para a designação/escolha das OM para incorporação, será divulgado na data prevista no calendário geral deste ACSSvMT, por meio do site: www.9rm.eb.mil.br

9. DA INSPEÇÃO DE SAÚDE (IS)

9.1. Somente os candidatos pré-selecionados (aprovados anteriormente na EAC e no EAF) participarão desta etapa. A IS será realizada em data específica, conforme calendário geral deste ACSSvMT, devendo o candidato comparecer no local, dia e horário, a ser divulgado pela internet no endereço eletrônico da 9ª Região Militar (www.9rm.eb.mil.br). Para esta etapa será designada uma Junta de Inspeção de Saúde Especial (**JISE**), composta por profissionais militares da área de saúde.

9.2. Será pré-selecionado para a inspeção de saúde **01 (um) candidato para cada vaga disponível**.

9.3. Constituem causas de incapacidade para a incorporação, para ambos os sexos, as doenças que motivam a isenção definitiva para o Serviço Militar das Forças Armadas, capituladas nos Anexos I e II às IGISC (Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967, com as modificações contidas nos Decretos nº 63.078, de 5 de agosto de 1968, e nº 703, de 22 de dezembro 1992), no que se aplicar.

9.4. O candidato com patologia oftalmológica (deficiência visual), que seja compatível com o Serviço Militar, deverá apresentar-se na IS portando a receita médica e a correção prescrita.

9.5. Os candidatos deverão apresentar os seguintes exames médicos por ocasião da IS:

- a. radiografia do tórax (com laudo);
- b. hemograma completo;
- c. eletrocardiograma em repouso (com laudo);
- d. exame de gravidez sanguíneo Beta HCG –**candidatas**;
- e. grupo sanguíneo e fator Rh;
- f. parasitológico de fezes;
- g. sumário de urina;
- h. eletroencefalograma (com laudo);
- i. provas de função hepáticas (TGO, TGP, Bilirrubinas totais e frações, Fosfatase alcalina e Gama – GT);
- j. parecer oftalmológico (acuidade visual com e sem correção, refração, biomicroscopia, fundo de olho, tonometria, motilidade e senso cromático);
- k. glicemia em jejum;
- l. uréia e creatinina;
- m. exame ginecológico (Colpocitológico e mamas) –**candidatas**;
- n. audiometria (com laudo);
- o. colesterol total e frações, triglicerídeos e ácido úrico;
- p. avaliação clínica médica e odontológica;
- q. anti HIV; e
- r. VDRL.

9.6. Além dos exames previstos no item anterior, outros exames complementares poderão ser solicitados pela Junta de Inspeção de Saúde Especial (JISE), nos casos que exigirem um estudo mais aprofundado.

9.7. Todos os exames complementares solicitados pela JISE, além dos descritos acima, serão custeados pelo próprio candidato.

9.8. Para a IS o voluntário deverá apresentar os resultados dos exames acima listados, cuja realização será de sua responsabilidade e ônus, todos datados de, **no máximo, até 02 (dois) meses** antes do dia previsto para a IS, **exceto o teste de gravidez sanguíneo (TIG), que deverá ter, no máximo, 15 (quinze) dias antes do dia previsto para IS.**

9.9. Caso o candidato já pertença ao serviço ativo do Exército, os exames supramencionados serão substituídos por 01 (uma) Ata de Inspeção de Saúde específica para o evento.

9.10. Em caso de inaptidão do candidato, poderá ser chamado o seguinte, dentro da ordem de classificação divulgada, considerando-se, se for o caso, as especializações para a vaga a ser preenchida.

9.11. A inspeção de saúde será realizada em etapa única, portanto não haverá segunda chamada para a IS, nem para a inspeção de saúde em grau de recurso (ISGR).

9.12. O candidato será considerado desistente e eliminado da seleção se, mesmo por motivo de força maior:

- a. faltar à IS ou à ISGR;
- b. não apresentar os laudos dos exames médicos solicitados, no todo ou em parte, por ocasião da IS ou da ISGR; e
- c. não concluir a IS ou a ISGR.

Observação:

- a Inspeção de Saúde possui caráter eliminatório;

- configura-se como motivo para eliminação a existência de tatuagem no corpo do candidato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro exigido aos integrantes das Forças Armadas, conforme previsto no Estatuto dos Militares, tais como: as que apresentem símbolos e/ou inscrições alusivos a ideologias terroristas ou extremistas, contrárias às instituições democráticas ou que preguem a violência e a criminalidade; discriminação ou preconceitos de raça, credo, sexo ou origem; ideias ou atos libidinosos e ideias ou atos ofensivos às Forças Armadas, configuram-se como motivo para eliminação do candidato.

9.13.As mulheres que apresentarem o exame de gravidez positivo, por ocasião da IS, não prosseguirão no processo seletivo, sendo convocado o candidato classificado imediatamente em seguida. Tal medida não tem caráter discriminatório e visa, tão somente, a preservação da integridade da mãe e do feto, tendo em vista as atividades militares que serão desenvolvidas na 1ª fase do EST. No caso de novas convocações, **no prazo de validade do mesmo processo seletivo**, a candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez e havendo novas convocações, terá precedência sobre os candidatos remanescentes, devendo realizar uma nova IS, observados todos os requisitos para a incorporação.

9.14.**No caso de um novo processo seletivo**, a candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, desde que haja disponibilidade de vaga na área para a qual havia se inscrito no certame anterior, poderá retornar ao processo seletivo imediatamente subsequente, e, para isto:

a. deverá se inscrever no certame imediatamente posterior, o que caracterizará sua intenção de retornar ao processo de seleção; e

b. não se submeterá à nova EAC (EAF e IS são obrigatórios) e terá precedência sobre os demais candidatos, para a mesma área postulada no certame anterior, observados todos os requisitos para a incorporação.

9.15. No caso de indisponibilidade de vaga na área pretendida pela candidata que cessou o impedimento, motivado pela gravidez, não haverá por parte da 9ª Região Militar obrigação de realizar a sua convocação, assim como garantir a sua convocação em outros processos seletivos futuros.

10. DA SELEÇÃO COMPLEMENTAR (SC)

10.1. A SC será realizada na OM em que o candidato realizará a 1ª fase do EST e tem como finalidade verificar eventuais alterações ocorridas com o convocado, nos aspectos médico, físico, psicológico e moral.

10.2. Nesta etapa são iniciadas as medidas administrativas relativas à incorporação e recolhidos os CDI ou Certificados de Reservista dos convocados que serão incorporados.

11. DOS RECURSOS

11.1. Nas as etapas do processo seletivo, **exceto o EAF e a IS**, o candidato terá um prazo de 2 (dois) dias úteis para entrar com recurso, contado a partir do dia e horário do resultado de cada etapa, por meio de requerimento endereçado ao Comandante da 9ª Região Militar, devendo ser entregue, pelo candidato, no Protocolo Geral do Comando da 9ª Região Militar, sito a Avenida Duque de Caxias, nº 1628, Campo Grande-MS.

11.2. O candidato reprovado na EAC, caso não concorde, poderá requerer a reavaliação curricular, por meio de requerimento endereçado ao Comandante da 9ª Região Militar, devendo ser entregue, pelo candidato, no Protocolo Geral do Comando da 9ª Região Militar, sito a Avenida Duque de Caxias, nº

1628, Campo Grande-MS, até o prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas úteis**, a contar da ocasião em que tomar conhecimento do resultado, conforme item 3.1, deste ACSSvMT.

11.3. O candidato julgado inapto na IS, caso não concorde, poderá requerer **ISGR**, por meio de requerimento endereçado ao Comandante da 9ª Região Militar, devendo ser entregue, pelo candidato, ao no Protocolo Geral do Comando da 9ª Região Militar, sito a Avenida Duque de Caxias, nº 1628, Campo Grande-MS, até o prazo a ser estabelecido, conforme o item “3.1”, deste ACSSvMT.

11.4. No caso de requerer IS em grau de recurso, anexar cópia do resultado da IS anterior e todos os laudos e exames que justifiquem uma nova avaliação.

11.5. A JISE poderá requerer do voluntário julgado incapaz na IS a apresentação de exames complementares específicos por ocasião da nova avaliação em Grau de Recurso, a fim de subsidiá-la.

11.6. Todos os recursos dos candidatos selecionados para servir ao Exército Brasileiro deverão ser endereçados ao Comandante da 9ª Região Militar e deverão ser entregues no Protocolo Geral do Comando da 9ª Região Militar, sito a Avenida Duque de Caxias, nº 1628, Campo Grande-MS.

Observação: Os recursos deverão conter:

- a. nome completo, número da identidade, endereço e número do telefone do candidato;
- b. área para qual o candidato se inscreveu;
- c. objeto do pedido de recurso; e
- d. exposição fundamentada, com embasamento teórico (referenciada na redação deste ACSSvMT) e amparada em legislação oficial outorgada por órgão competente a respeito do assunto questionado.

11.7. Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo ou que não contenham os elementos indicados acima.

11.8. Não serão aceitos recursos encaminhados por “FAX” ou pela Internet.

11.9. O candidato que impetrar recurso permitido nas etapas deste processo seletivo poderá perder a oportunidade de concorrer às vagas previstas para incorporação em **1º de fevereiro de 2017**, no entanto, caso o seu recurso seja deferido ou se torne apto na inspeção de saúde em grau de recurso, permanecerá ativo no processo seletivo, enquanto este estiver em vigor, e concorrerá, com precedência sobre os outros candidatos, às próximas vagas em sua área profissional, que porventura forem disponibilizadas.

12. DAS CAUSAS DE ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO NO PROCESSO SELETIVO

12.1. O candidato será considerado desistente e, portanto, eliminado do processo seletivo se, mesmo que por motivo de força maior:

- a. atrasar-se ou faltar a qualquer das atividades previstas no processo seletivo;
- b. não apresentar os laudos dos exames complementares, no todo ou em parte, por ocasião da IS ou da ISGR;
- c. deixar de comprovar a habilitação pré-requisitada para a área pretendida, cadastrada por ocasião da inscrição realizada via internet;**
- d. não concluir a ISGR; e
- e. ser considerado **inapto** em qualquer etapa deste processo seletivo.

12.2. O candidato será excluído do processo seletivo se:

- a. fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b. agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das avaliações, provas e testes;

- c. utilizar meios não permitidos;
- d. for responsável por falsa identificação pessoal;
- e. utilizar ou mesmo tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo; e
- f. não atender às prescrições contidas no presente ACSSvMT.

12.3. Quaisquer irregularidades identificadas posteriormente à incorporação acarretarão em sua anulação. Assim sendo, uma vez identificada a irregularidade, os efeitos da inabilitação retroagirão à inscrição do candidato e este não fará jus a nenhum tipo de amparo do Estado. O responsável pela irregularidade estará sujeito a sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis a cada caso.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os Estados abrangidos pela 9ª Região Militar são: MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL e a cidade de ARAGARÇAS, no Estado de GOIÁS.

13.2. Em cada Estado abrangido, qualquer localidade poderá, inicialmente, haver disponibilidade de vagas.

13.3. A designação dos candidatos aptos em todas as etapas, caso haja disponibilidade de vaga, ficará condicionada à classificação estabelecida com base na nota obtida na avaliação curricular, convertida para a base 10 (dez).

13.4. O candidato concorrerá à incorporação em uma Organização Militar na localidade onde houver previsão de abertura de vaga para sua área profissional, de acordo com o previsto no **item 4.1.** deste ACSSvMT.

13.5. O militar temporário do Exército poderá participar do processo seletivo. Para isso deverá:

- a. realizar a inscrição;
- b. se convocado para a incorporação, aguardar o seu licenciamento “ex-officio” ou a pedido, caso conte, no mínimo, com a metade do tempo de serviço a que se obrigou, não devendo haver prejuízo para o serviço;
- c. caso seja confirmada a sua convocação, ser licenciado no dia anterior à data prevista para a incorporação; e
- d. aguardar a chamada para a incorporação.

13.6. O candidato deverá realizar, após a IE, obrigatoriamente, todas as etapas do processo seletivo, de acordo com o previsto no **item 3.1** e conforme for sendo convocado.

13.7. Não haverá reserva de vaga para as **candidatas gestantes**. No entanto, havendo vagas no processo seletivo subsequente e desta mesma finalidade, a candidata terá o direito a participar do processo sem realizar, novamente, as etapas em que foi apta no processo seletivo anterior.

13.8. A 9ª Região Militar poderá convocar reuniões periódicas com os candidatos, durante a vigência deste ACSSvMT, a fim de serem ofertadas novas vagas na área abrangida pela 9ª Região Militar, podendo o candidato, caso não possa comparecer, enviar um e-mail para **ssmr@9rm.eb.mil.br** justificando o motivo da impossibilidade e se fazer representar por intermédio de uma outra pessoa, esta acompanhada de uma procuração.

13.9. Por ocasião das reuniões para conhecimento de vagas, o candidato que porventura não desejar ser incorporado na(s)OM ofertada(s), assinará um Termo de Desistência da vaga. Tal candidato, somente voltará a concorrer para nova oferta após todos os candidatos aprovados, que foram selecionados para

incorporação, subsequentemente ordenados na referida listagem de candidatos aprovados, forem consultados para incorporação nas vagas existentes. Este ciclo será sempre repetido, inclusive quando da abertura de novas vagas ao longo do período de vigência do Aviso.

13.10. O candidato que for apto em todas as etapas e for selecionado voluntariamente para qualquer localidade, realizará seu deslocamento para o local de destino por conta própria e sem ônus para o Exército Brasileiro.

13.11. A documentação entregue pelos candidatos, por ocasião da EAC, terá validade apenas para o presente processo seletivo.

13.12. Todos os registros de eventos ocorridos durante o processo seletivo ficarão arquivados, no mínimo por cinco anos, admitidos arquivos eletrônicos ou a microfilmagem, sendo incinerados os documentos físicos, após este período.

13.13. O candidato que for reprovado ou eliminado neste processo seletivo poderá retirar os seus documentos no Comando da 9ª Região Militar, situado na Av. Duque de Caxias, nº 1628, bairro Vila Alba, Campo Grande-MS, até o dia **31 de março de 2017**. Os documentos não retirados até esta data poderão ser destruídos.

13.14. O candidato que realizar o processo seletivo e não for convocado, durante a vigência deste ACSSvMT, poderá retirar os seus documentos no Comando da 9ª Região Militar, situado na Gen Nepomuceno Costa, nº 168, Bairro Vila Alba, Campo Grande-MS, até o dia **11 de setembro de 2017**. Os documentos não retirados até esta data poderão ser destruídos.

13.15. O candidato que voluntariamente retirar os seus documentos antes do término da vigência deste ACSSvMT, será considerado desistente deste Processo Seletivo.

13.16. Todas as despesas com deslocamentos, hospedagem e gastos diversos deverão ocorrer por conta do candidato.

13.17. O candidato ao se apresentar em qualquer etapa do processo seletivo deverá identificar-se por meio de documento legal com fotografia, assinando a lista de presença, de acordo com a assinatura constante do seu documento de identidade ou documento equivalente.

13.18. O candidato já designado para ser incorporado, caso não se apresente até às 24:00h do dia da incorporação será considerado desistente. Nesse caso, facultar-se-á ao Comandante da 9ª Região Militar substituir esse candidato por outro, mediante nova convocação, sendo chamado o selecionado que obteve a classificação imediatamente posterior ao considerado desistente, respeitada as exigências das especialidades.

13.19. O candidato selecionado e apto, por ocasião da incorporação será submetido a uma revisão médica na OM em que realizará a 1ª fase do seu estágio.

13.20. A convocação para o EST é feita para um período de 12 (doze) meses, podendo, conforme o interesse do serviço, serem concedidas prorrogações por igual período, exceto a última, que poderá ser concedida por um período menor que 12 (doze) meses, de modo a não ultrapassar o tempo máximo de 08 (oito) anos de serviço ativo, incluindo-se todos os tempos de serviço público anterior, seja ele prestado à administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer Poder da União, dos Estados, dos antigos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios.

13.21. O candidato selecionado e incorporado deverá estar ciente de que, ao final de cada 12 (doze) meses de serviço, poderá ser licenciado, caso:

- a. não exista interesse do Exército em prorrogar o seu tempo de serviço;
- b. não atinja os requisitos físicos e funcionais necessários à prorrogação, conforme legislação em vigor;
- c. complete o limite máximo de permanência no Serviço Ativo do Exército (oito anos);
- d. venha atingir a idade limite de permanência no Serviço Ativo (quarenta e seis anos) no decorrer da prorrogação requerida; e
- e. a vaga na qual o candidato foi convocado seja preenchida por militar de carreira, ou seja extinta do Quadro de Cargos Previstos (QCP) da Organização Militar.

13.22. Este processo seletivo terá validade até **11 de setembro de 2017**, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, conforme o interesse da 9ª Região Militar.

13.23. Fica autorizada a realização Exames de Aptidão Física e de Inspeções de Saúde nos Candidatos aptos na Entrevista e Avaliação Curricular, ainda não convocados, em qualquer data posterior a 1º de fevereiro de 2017 desde que haja interesse da 9ª Região Militar e ocorra ainda na vigência deste Processo Seletivo.

13.24. O candidato remanescente (reserva), se acionado para o prosseguimento nas etapas deste Processo Seletivo com vistas à incorporação, deverá, se determinado pela 9ª RM, atualizar a documentação apresentada por ocasião da EAC anteriormente realizada.

13.25. Os casos omissos e complementares a este ACSSvMT, em qualquer etapa do processo seletivo, serão apresentados e solucionados pelo Comandante da 9ª Região Militar, com a emissão de respectivos adendos.

13.26. Para outros esclarecimentos, solicita-se entrar em contato com a Seção de Serviço Militar Regional da 9ª Região Militar pelos telefones (67) 3368-4137/4974/4076, ou por e-mail: ssmr@9rm.eb.mil.br

14. LISTA DE ANEXOS

- **A:** Ficha de Análise Documental para o EST.
- **B:** Declaração de ciência da necessidade de informação do estado de gravidez.
- **C:** Declaração de Prestação do Serviço Militar Temporário, em Caráter Voluntário, e de Comprovação de Idoneidade Moral.
- **D:** Declaração de tempo de Serviço Público Anterior.
- **E:** Declaração de residência (anexar comprovante de residência).
- **F:** Declaração prestada pelo residente em município diferente da sede da OM de incorporação (anexar comprovante de residência).
- **G:** Ficha de Avaliação de Currículos (pontuação).
- **H:** Parecer Favorável à Participação em Processo Seletivo ao Serviço Militar Temporário.
- **I:** Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (exceto profissionais de saúde).
- **J:** Declaração de Desistência.

15. LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviatura	Descrição
ACSSvMT	Aviso de Convocação para Seleção ao Serviço Militar Temporário
CAEAF	Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física
CAM	Certificados de Alistamento Militar
CDI	Certificado de Dispensa de Incorporação
CI	Certificado de Isenção
Cmt 9ªRM	Comandante da 9ª Região Militar

CSE	Comissão de Seleção Especial
EAC	Entrevista e Avaliação Curricular
EAF	Exame de Aptidão Física
EST	Estágio de Serviço Técnico
IES	Instituição de Educação Superior
IE	Inscrição Eletrônica
IS	Inspeção de Saúde
ISGR	Inspeção de Saúde em Grau de Recurso
JISE	Junta de Inspeção de Saúde Especial
MEC	Ministério da Educação
OM	Organização Militar
OTT	Oficial Técnico Temporário
QCP	Quadro de Cargos Previstos
RM	Região Militar
RA	Registro de Alistamento
SC	Seleção Complementar
SvTT	Serviço Técnico Temporário
TAF	Testes de Aptidão Física

Campo Grande, MS, 12 de setembro de 2016.

(O documento original encontra-se arquivado no Comando da 9ª Região Militar)

General-de-Brigada LUCIANO JOSÉ PENNA
Comandante da 9ª Região Militar

ANEXO “A”

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov. das Armas Prov. de MT/1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

FICHA DE ANÁLISE DOCUMENTAL

Dados Pessoais			
Nr de inscrição	Nome:		
	Data de Nascimento: ___/___/____		Local de Nascimento:
Foto 3x4	Filiação	Mãe:	
		Pai:	
	Identidade Nr:	Órgão Expedidor:	
	CPF:	Estado Civil:	
	Sexo: Masculino () Feminino ()		É militar:() Sim () Não
Dados Informativos			
Endereço	Rua:		
	Complemento:	Bairro:	
	Cidade:	Estado:	CEP:
	Telefone Residencial:	Celular:	Comercial:
	E-mail:		
	Opção para contato: E-mail () Correio () Telefone ()		

Discriminação	
	- Ficha de inscrição no processo seletivo impressa pela internet.
	- 01 (uma) foto 3x4.
	- Ficha de Análise Documental para o Serviço Técnico Temporário (Anexo “A”).
	- Declaração de ciência da necessidade de informação do estado de gravidez - para o segmento feminino (Anexo “B”).
	- Declaração de Prestação do Serviço Militar Temporário, em Caráter Voluntário, e de Comprovação de Idoneidade Moral. (Anexo “C”).
	- Declaração de tempo de Serviço Público Anterior (Anexo “D”).
	- Declaração de Residência (Anexo “E”).
	- Declaração de residente em município diverso da sede da OM de incorporação (Anexo “F”).
	- Avaliação de Currículos – Pontuação (Anexo “G”).
	- Parecer favorável à participação em processo seletivo ao Serviço Militar Temporário (Anexo “H”).
	- Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (exceto profissionais de saúde - Anexo “I”).
	- Carteira de Identidade, CPF e Título de Eleitor (com a comprovação de voto na última eleição).
	- Certidão de Situação Militar, Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação.
	- Diploma ou Certificado de conclusão de curso de nível superior para o EST, devidamente reconhecido e registrado na Secretaria de Educação da Unidade da Federação (SE/UF), na forma da legislação federal que regula a matéria nas habilitações previstas para as vagas disponíveis. Caso o voluntário já tenha concluído o curso e ainda não disponha do Diploma ou Certificado, poderá ser aceita uma declaração expedida pelo estabelecimento de ensino, atestando que realmente o candidato concluiu o Curso na especialidade para a qual se apresentou como candidato.

ANEXO “A”
FICHA DE ANÁLISE DOCUMENTAL FI 02

	- Diplomas e Certificados dos Cursos e Estágios realizados.
	- Cadastro Nacional de Informação Social (CNIS), pleno/completo, devendo ser obtido junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), disponível, também, pela A G Prev, ou no auto-atendimento das Agências Bancárias do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, desde que o titular do PIS/PASEP/NIT seja correntista dos referidos bancos.
	- Certidão Negativa das Justiças: a) Eleitoral, comprovando que está em dia com suas obrigações eleitorais; b) Federal; c) Militar; e d) Estadual (Cível, Militar e Criminal) de onde reside.
	- Certidão de Antecedentes Criminais
	- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento, acompanhada de Declaração de União Estável, se for o caso.
	- Comprovante de dependentes, se for o caso.
	- Registro profissional expedido pelo órgão fiscalizador da profissão, quando existir.
	- Certidão Negativa do candidato (Nada Consta) expedida pelo órgão fiscalizador da profissão.
	- Folhas de Alterações ou Certidão de Assentamentos Militares, se for o caso.
	- Comprovante de exercício de atividade profissional na área postulada.
	- Estágio ou extracurricular.
	- Declaração da última Organização Militar, para os candidatos da reserva não remunerada.
	- Consentimento expreso de autoridade eclesiástica competente (para Teologia).
TOTAL DE PONTOS:	
	Nome completo do Candidato
	ASSINATURA DO CANDIDATO
Avaliador:	
	Nome completo/ Posto/Grad/ OM
	ASSINATURA DO AVALIADOR

ANEXO “B”

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov. das Armas Prov. de MT/1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO
DO ESTADO DE GRAVIDEZ**

Eu, _____ (*nome completo*),
IdtN° _____, CPF N° _____, nascida aos _____ dias do mês de
_____ de _____, filha de _____ e de
_____, declaro, para efeito do processo de seleção
aoEST, que fui alertada e tomei ciência de que:

1. o estado de gravidez não impossibilita a minha participação nesse processo, entretanto impede a incorporação para o estágio acima, tendo em vista os riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas, na prestação do Serviço Militar Temporário; e

2. sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, e por escrito, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

_____, _____ de _____ de _____
(local e data)

Nome e assinatura da candidata

FIRMA RECONHECIDA

ANEXO “C”

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov. das Armas Prov. de MT/1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

**DECLARAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO,
EM CARÁTER VOLUNTÁRIO, E DE COMPROVAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL**

1. Eu, _____ (nome completo), portador da Idt N° _____, inscrito no CPF sob o N° _____, nascido aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho de _____ e de _____, residente e domiciliado na cidade na Rua (Av) _____, n° _____, Apt° _____, Bairro _____, Cidade de _____, UF _____, CEP _____, declaro que sou voluntário para prestar o EST, pelo período de 01 (um) ano, como _____ (Aspirante-a-Oficial Temporário), na área da jurisdição da 9ª Região Militar, sujeitando-me, se for aprovado em todas as etapas preliminares, a todos os deveres e obrigações militares previstos nas legislações que regulam o assunto. Declaro, ainda, ser conhecedor que poderei obter, em virtude de existência de vaga, do meu desempenho profissional e do interesse do serviço das Forças Armadas, prorrogações anuais, desde que não ultrapassem o período de 8 (**oito**) anos, contados, para isto, todos os tempos de serviço público que tenha prestado anteriormente.

2. Declaro, também, que possuo bons antecedentes e idoneidade moral, comprovados pelas certidões apresentadas, que não exerço atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional, que gozo de boa saúde, física e mental, que não sou portador de deficiência incompatível com o exercício das funções atinentes ao cargo a que estarei submetido, assim como as atividades inerentes ao serviço militar, conforme Decreto N° 60.822, de 7 de junho de 1967.

3. In fine, declaro que todas as informações retromencionadas são verdadeiras e expressam a verdade, tendo inclusive ciência de minha responsabilidade cível, administrativa e penal, previstas nas leis que regulam o assunto.

_____, _____ de _____ de _____
(local e data)

Nome e assinatura do candidato

FIRMA RECONHECIDA

ANEXO “D”

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov. das Armas Prov. de MT/1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO ANTERIOR

1. Eu, _____ (nome completo), Idt N° _____, CPF N° _____, nascido aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 9ª Região Militar, que, até esta data, **(a)** _____ (possuo) ____ anos, ____ meses, ____ dias de) **(b)** _____ (não possuo) tempo de serviço prestado a órgão público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios, anterior à minha incorporação para o Serviço Militar, que possa ser averbado na contagem total de meu tempo de serviço.
2. Declaro também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº-2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº-1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar (CPM).

_____, ____ de _____ de _____
(local e data)

Nome e assinatura do candidato

FIRMA RECONHECIDA

(a) - Todo tempo de serviço prestado em qualquer instituição pública (federal, estadual e/ou municipal), seja na condição de convocado para prestação de serviço temporário, seja na condição de efetivado e empossado em cargo público, mediante concurso, ainda que esteja afastado do órgão de lotação por motivos de licenças diversas (saúde, interesse particular e outros), quer no regime estatutário ou celetista, deverá ser considerado como tempo de serviço público para todos os fins perante a administração militar.

(b) - Caso não possua tempo de Serviço Público Anterior, marcar nos espaços:00 anos, 00 meses e 00 dias; e escrever a expressão “não possuo”.

ANEXO “E”

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov. das Armas Prov. de MT/1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1. Eu, _____ (nome completo),
IdtN° _____, CPF N° _____, nascido aos ____ dias do mês de _____ de
_____, filho de _____ e de
_____, declaro, como candidato no processo de seleção para o EST,
na área de jurisdição da 9ª Região Militar, residir no endereço
_____, cidade
_____, UF _____, CEP _____, conforme comprovante juntado a
esta declaração.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da
responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº-2.848, de 7
de dezembro de 1940 - Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº-1.001, de 21 de outubro de
1969 - Código Penal Militar (CPM).

_____, ____ de _____ de _____
(local e data)

Nome e assinatura do candidato

FIRMA RECONHECIDA

ANEXO “F”

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov. das Armas Prov. de MT/1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

**DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE
INCORPORAÇÃO**

Eu, _____ (nome completo), Idt N° _____, CPF N° _____, nascido aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho de _____ e de _____, declaro, como candidato no processo de seleção para o EST, na área de jurisdição da 9ª Região Militar, assumir inteira responsabilidade em mudar de residência, por conta própria, para a cidade da Organização Militar onde poderei vir a ser convocado, sem qualquer ônus para o Exército.

_____, ____ de _____ de _____
(local e data)

Nome e assinatura do candidato

FIRMA RECONHECIDA

ANEXO “G”

AVALIAÇÃO DE CURRÍCULOS (PONTUAÇÃO)

Atividades/Diplomas/Cursos/Publicações	Pontuação Admitida
1. Atividades exercidas na área de ensino (mínimo de seis meses): (SOMENTE NA ÁREA PRETENDIDA)	
a. Professor de classe que exija título de doutor (normalmente designado titular, associado, adjunto ou substituto de qualquer dessas classes)	4,0 por instituição de Ensino Superior
b. Professor de classe que exija grau de mestre ou graduação em curso superior (normalmente designado assistente, auxiliar ou substituto de qualquer dessas classes)	2,0 por instituição de Ensino Superior
c. Professor/professor assistente	1,5 por instituição de Ensino Fundamental, Médio ou Profissionalizante.
d. Monitor	1,0 por instituição de Ensino Superior
2. Títulos/graus/diplomas:(SOMENTE NA ÁREA PRETENDIDA)	
a. Doutorado	10,0 por diploma
b. Mestrado	7,0 por diploma
c. Graduação (na área pretendida)	4,0 por diploma
d. Inscrito no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	6,0 (apenas para a área de Direito)
3. Cursos/estágios: (SOMENTE NA ÁREA PRETENDIDA)	
a. Especialização (maior que 360 horas)	3,0 por diploma, sendo computado apenas 2 (dois) diplomas de ensino a distância (EAD)
b. Aperfeiçoamento (cursos com carga horária de, no mínimo, 120 horas, sendo vedado o somatório de vários diplomas para se atingir a carga horária mínima)	2,0 por diploma, sendo computado apenas 2 (dois) diplomas de ensino a distância (EAD)
c. Duração igual ou superior a 80 horas e inferior a 120 horas	1,0 por diploma, sendo computado apenas 2 (dois) diplomas de ensino a distância (EAD)
d. Duração igual ou superior a 40 horas e inferior a 80 horas	0,5 por diploma, sendo computado apenas 2 (dois) diplomas de ensino a distância (EAD)

ANEXO “G” – Folha 02

e. Duração superior a 30 horas e inferior a 40 horas	0,2 por diploma, sendo computado apenas 2 (dois) diplomas de ensino a distância (EAD)
f. Certificação na área de informática (computada somente para candidatos da área de informática)	1,0 por certificação, sendo computado apenas 2 (dois) certificados de ensino a distância (EAD)
4. Publicações técnicas:(SOMENTE NA ÁREA PRETENDIDA)	
a. Livro (máximo de três)	3,0 por livro
b. Artigo em revistas especializadas (máximo de três)	1,0 por artigo
c. Artigo em periódicos e revistas não especializadas (máximo de três)	0,5 por artigo
5. Experiência na atividade profissional: (SOMENTE EXERCIDA NO CARGO OU FUNÇÃO DA ÁREA PRETENDIDA)	
No meio civil ou militar, exercidas na área de ensino, títulos/graduações/diplomas, cursos/estágios, publicações técnicas e exercício de atividade profissional, e que serão somente consideradas se desempenhadas no cargo e dentro da área em que o candidato postula , conforme consta neste ACSSvMT.	0,1 por mês completo
Aos candidatos militares das Forças Armadas que estão na Ativa e os que foram militares das Forças Armadas e que são da Reserva não Remunerada, cada ano trabalhado, na Força, no desempenho da especialização da área pretendida.	1,0 ponto.

TOTAL DE PONTOS:		
	Nome completo do Candidato	ASSINATURA DO CANDIDATO
Avaliador:		
Nome completo/ Posto/Grad/ OM		ASSINATURA DO AVALIADOR

Observação: O candidato deverá adquirir uma pontuação mínima de 5,2 pontos para, se convocado, ficar em condições de participar da 3ª etapa (Exame de Aptidão Física) deste processo seletivo.

ANEXO “H”

(Cabeçalho da OM)

**PARECER FAVORÁVEL À PARTICIPAÇÃO EM PROCESSO SELETIVO
AO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO**

Declaro, junto ao Comando da 9ª Região Militar, que o _____ (posto/graduação)
_____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº
_____, nascido aos ___ dias do mês de _____ de _____, filho de
_____ e de _____, ocupa
o cargo de _____ e não possui em seus assentamentos nada que desabone a
sua conduta militar e que, por isso, possui parecer favorável deste Comando para participação no
processo de seleção/2016 ao ESTÁGIO DE SERVIÇO TÉCNICO, previsto pelo ACSSvMT nº ____
SSMR/9, de _____ de _____ de _____.

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

(Assinatura do Comandante de OM e Carimbo da OM)

ANEXO “I”

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov. das Armas Prov. de MT/1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias do mês de _____ de _____, filho de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fim de comprovação junto à 9ª Região Militar, que não estarei na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido em cargo público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios.

2. Tenho plena ciência que, caso incorporado ao Exército e venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, serei licenciado imediatamente das fileiras do Exército, por ferir o disposto no art. 142, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº-1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar (CPM).

_____ - _____, _____ de _____ de _____
(local e data)

Assinatura do Candidato

FIRMA RECONHECIDA

ANEXO “J”

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
9ª REGIÃO MILITAR
(Gov. das Armas Prov. de MT/1821)
REGIÃO MELLO E CÁCERES**

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____ (nome completo), IdtN° _____, CPF N° _____, nascido aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho de _____ e de _____, declaro, junto à 9ª Região Militar que, para esta ocasião, **DESISTO** de minha convocação para o EST na localidade de _____.

_____, _____ de _____ de _____
(local e data)

Nome e assinatura do candidato